



**CONFORME SOLICITAÇÃO DO AUTOR, ESTA
PRODUÇÃO INTELECTUAL POSSUI RESTRIÇÃO
DE ACESSO**

**CAXIAS DO SUL
2025**



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO**

ALESSANDRA ANTUNES ERTHAL

**O PROGRAMA JUDICIAL DE ACOMPANHAMENTO DO DESMATAMENTO NA
AMAZÔNIA E OS LIMITES DA EFETIVIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS
SUPERIORES**

CAXIAS DO SUL

2026



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO**

ALESSANDRA ANTUNES ERTHAL

**O PROGRAMA JUDICIAL DE ACOMPANHAMENTO DO DESMATAMENTO NA
AMAZÔNIA E OS LIMITES DA EFETIVIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS
SUPERIORES**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, linha de pesquisa Direito Ambiental e Novos Direitos.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lunelli

CAXIAS DO SUL

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

E73p Erthal, Alessandra Antunes

O programa judicial de acompanhamento do desmatamento na Amazônia e os limites da efetividade das decisões dos tribunais superiores [recurso eletrônico] / Alessandra Antunes Erthal. – 2026.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2026.

Orientação: Carlos Alberto Lunelli.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Direito ambiental - Amazônia. 2. Processo estrutural. 3. Princípio da efetividade. 4. Proteção ambiental - Amazônia - Aspectos jurídicos. 5. Desmatamento - Amazônia - Aspectos jurídicos. I. Lunelli, Carlos Alberto, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 349.6(811.3)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

**“O PROGRAMA JUDICIAL DE ACOMPANHAMENTO DO DESMATAMENTO NA
AMAZÔNIA E OS LIMITES DA EFETIVIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS
SUPERIORES”**

Alessandra Antunes Erthal

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Direito, Área de Concentração: Direito Ambiental e Sociedade.

Linha de pesquisa: Direito Ambiental e Novos Direitos.

Caxias do Sul, 13 de março de 2026.

Prof. Dr. Carlos Alberto Lunelli (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Cleide Calgaro
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Alexandre Cortez Fernandes
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Felipe Franz Wienke
Universidade Federal do Rio Grande

Ao meu filho, para que saiba que estudar e acreditar
em Deus sempre valem a pena.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação nunca foi apenas um exercício técnico ou acadêmico. Ela é atravessada por pessoas, por apoio, por cansaço, por muito café e por muita fé. Cada página escrita carrega não apenas argumentos e referências, mas também convicções profundas — por muito amor ao Direito e, de maneira muito especial, ao Direito Processual, que me ensinou que a forma não é obstáculo, mas caminho para a justiça.

Hoje, ao escrever estes agradecimentos, choro pelo caminho percorrido. Pelas noites dedicadas, pelas inseguranças atravessadas, pela responsabilidade de escrever sobre algo tão grande quanto a Amazônia e pela cobrança constante de fazer jus à complexidade do tema. Este trabalho é fruto dessa travessia.

Ao longo dessa trajetória, reafirmei uma convicção que me acompanha desde o início da minha formação: amo o Direito Processual. Para muitos, ele é apenas a parte técnica, o conjunto de formas e regras que estruturam o debate judicial. Para mim, contudo, revela humanidade, potência e responsabilidade institucional. Compreender o processo não como obstáculo, mas como instrumento de concretização da justiça, foi o que sustentou esta pesquisa e consolidou minha maturidade intelectual.

Escrevo também movida pela crença no Direito Ambiental — não como promessa abstrata, mas como compromisso concreto com a realidade.

Ao meu orientador, Dr. Carlos Alberto Lunelli, agradeço profundamente pela confiança, pela escuta atenta e pela generosidade intelectual ao longo de toda a pesquisa. Sua orientação foi mais do que técnica, foi direção nos momentos de dúvida e incentivo nas fases de insegurança. Suas obras não apenas fundamentaram esta dissertação, mas moldaram minha forma de compreender o processo ambiental e sua responsabilidade institucional. A liberdade para pensar, questionar e amadurecer minhas hipóteses foi essencial para que esta pesquisa encontrasse seu próprio rumo.

À Universidade de Caxias do Sul (UCS), minha gratidão pelo ambiente acadêmico sério e comprometido com a formação crítica. Foi nesse espaço que minhas inquietações ganharam densidade teórica e amadurecimento intelectual.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS), agradeço pelo rigor científico, pelos debates instigantes e pela construção coletiva do conhecimento. A convivência acadêmica e o estímulo constante à reflexão foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Curso de Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, onde, na condição de graduanda, fui presenteada com professores extraordinários e reflexões que ampliaram profundamente minha forma de pensar o Direito. A formação filosófica ofereceu os fundamentos críticos que atravessam esta dissertação e sustentam a maneira como compreendo o processo, a justiça e a realidade.

Aos membros da banca examinadora, agradeço pela disponibilidade, pela leitura atenta e pelas contribuições críticas que enriqueceram significativamente este trabalho. Especialmente por ocasião da banca de qualificação, cujas considerações foram decisivas para sua reestruturação e fortalecimento, reafirmo minha gratidão pelo rigor acadêmico e pelo compromisso demonstrado.

Agradeço, de modo especial, à Professora Dra. Cleide Calgaro, inspiração constante para mim como mulher e como profissional. Sua trajetória demonstra que é possível aliar firmeza intelectual, sensibilidade e compromisso com a transformação social.

Ao Professor Dr. Alexandre Fernandes Cortez, minha profunda gratidão por ser a referência de docência que almejo construir. Sua paciência, sabedoria e dedicação ao ensino são exemplos de excelência acadêmica e humanidade.

Ao Professor Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira, agradeço pela paciência, pelos ensinamentos e pela generosidade intelectual ao longo da minha formação.

Além do meu orientador, esses professores constituem meus maiores exemplos de docência e compromisso com o Direito.

Registro meu agradecimento aos grupos de pesquisa dos quais tenho a honra de integrar. Ao Grupo de Pesquisa Ambiente, Estado e Jurisdição – ALFAJUS –, da Universidade de Caxias do Sul, que me aproximou do direito processual ambiental e ampliou minha compreensão acerca das dimensões institucionais da tutela jurisdicional do meio ambiente. E ao Grupo de Pesquisa Responsabilidade Ambiental e Ecologia Política – RAEP –, também da Universidade de Caxias do Sul, que tornou meu pensamento mais crítico, aprofundando minha percepção sobre as estruturas de poder, os conflitos socioambientais e os limites do modelo jurídico tradicional.

À minha família, minha base e meu abrigo ao longo de toda esta trajetória.

Especialmente ao meu filho, Victor Erthal Pandolfo, que me ensinou — e ensina diariamente — o que é o amor mais puro. É por você e com você que aprendo, todos os dias, o verdadeiro sentido de persistir e acreditar.

À minha mãe, Lindacir Margarida Antunes, minha referência de força e amor, exemplo constante de coragem e dedicação, que me ensinou, pelo exemplo, a dignidade do trabalho, a constância e a coragem. Sua determinação moldou profundamente quem eu sou.

Ao meu pai, Paulo Tadeu Erthal da Rosa, meu melhor amigo e incentivador incansável, que desde sempre me ensinou o valor do estudo, mostrando que o conhecimento é caminho de liberdade e construção de futuro.

Aos meus amigos, minha gratidão pela leveza em meio à intensidade desta trajetória. Foram escuta generosa, riso necessário e apoio constante nos momentos mais exigentes.

De maneira muito especial, às minhas amigas, que foram minha verdadeira fortaleza neste período — mulheres lindas, fortes, inteligentes e inspiradoras, cuja presença tornou essa caminhada mais leve e possível.

À minha querida amiga Ana Paula Segalotto, que em 2025 se tornou mãe e exerce a maternidade com excelência e entrega admirável. Na profissão, é meu apoio firme e constante; na vida, é aconchego e presença serena. Sua amizade me sustenta.

Nicole Aguzzoli de Oliveira, mulher luminosa e extraordinária, que me inspira pela coragem e generosidade. Que eu tenha o privilégio de me tornar, ao menos, metade da mulher incrível que ela é.

Caroline Peres Miola, minha referência na filosofia, dona de um intelecto brilhante e de uma força admirável, que alia profundidade teórica e amizade sincera.

Fernanda Furlan Giotti, minha referência no Direito, mulher forte, linda e determinada, cuja trajetória e compromisso acadêmico me inspiram diariamente.

Natália Bossle Demori, mulher fora de série, inteligente, talentosa e firme, cuja presença fortalece e eleva todos ao seu redor.

Com vocês, aprendi que nenhuma conquista é solitária e que a verdadeira fortaleza se constrói em vínculos sinceros. Levo como compromisso crescer, estudar e construir minha trajetória à altura das inspirações que vocês representam para mim.

Aos meus demais amigos, minha sincera gratidão: Mateus, companheiro de leituras processualistas e debates que fortaleceram minha paixão pelo processo; Henrique, exemplo de criatividade e inteligência; e aos colegas que abrilhantaram minha jornada acadêmica — Daiane, Luiza, Jordana, Alice, Mauren, Jéssica e todos que compartilharam aulas, debates e conquistas.

À advocacia, minha profissão e exercício diário de compromisso com o Direito, que me sustentou até aqui e que tanto amo. Foi nela que aprendi, na prática, a responsabilidade e a humanidade que o processo exige.

A mim, por não ter desistido. Pela disciplina, pela persistência e pela coragem de continuar mesmo diante das dúvidas e do cansaço.

E a Deus, que é meu amparo e meu tudo, força nos momentos de fragilidade e luz nas incertezas.

A todos que cruzaram meu caminho e, ainda que sem saber, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Nenhuma trajetória é construída sozinha, e este trabalho carrega fragmentos de cada presença que me formou.

Este trabalho encerra uma etapa, mas reafirma um propósito. É fruto de estudo, trabalho, fé e vínculos que me sustentaram ao longo do caminho. Sigo movida pelo amor ao Direito, especialmente ao Direito Processual, e pela crença no Direito Ambiental como compromisso concreto com a realidade. Entre dúvidas e travessias, uma certeza permaneceu intacta: o Direito é — e sempre será — a minha.

O sentido não está no texto. O sentido será dado pelo intérprete. Não há um sentido a priori, que seja anterior e independente do respectivo contexto em que ele se insere.

Ovídio A. Baptista da Silva

RESUMO

Esta dissertação examina a crise de efetividade da jurisdição ambiental brasileira diante da complexidade socioambiental amazônica, com recorte temporal a partir de 2019, período marcado pelo agravamento do desmatamento e por transformações institucionais relevantes na política ambiental federal. Parte-se da hipótese de que o modelo jurisdicional tradicional, estruturado sob um paradigma racionalista e abstrato, revela-se insuficiente para enfrentar conflitos ambientais de natureza estrutural, operando frequentemente como promessa normativa dissociada da realidade territorial. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise bibliográfica e exame de julgados dos tribunais superiores relacionados ao Direito Ambiental e à Amazônia, buscando identificar padrões de abstração decisória e limites da racionalidade processual vigente. Problematiza-se a concepção da sentença como ato pontual e autossuficiente, defendendo-se a necessidade de uma atuação jurisdicional mais sensível às contingências fáticas, institucionais e territoriais que caracterizam os conflitos ambientais contemporâneos. Como desdobramento da análise, examina-se o Programa Judicial de Acompanhamento do Desmatamento na Amazônia (PROJADA), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, enquanto mecanismo voltado ao monitoramento e à concretização das decisões judiciais ambientais, avaliando suas potencialidades e limites como resposta institucional à crise de efetividade da jurisdição ambiental. Conclui-se que a superação da inefetividade exige a incorporação de uma racionalidade processual comprometida com a realidade, com fortalecimento de instrumentos estruturais de acompanhamento, execução e controle das decisões judiciais.

Palavras-chave: Amazônia Legal; Efetividade judicial; Processo Ambiental; Processo Estrutural; PROJADA.

ABSTRACT

This dissertation examines the crisis of effectiveness of Brazilian environmental jurisdiction in light of the socio-environmental complexity of the Amazon, focusing on the period from 2019 onward, marked by the intensification of deforestation and significant institutional changes in federal environmental policy. It is based on the hypothesis that the traditional jurisdictional model, structured under a rationalist and abstract paradigm, proves insufficient to address structural environmental conflicts, often operating as a normative promise detached from territorial reality. The research adopts a qualitative approach, combining bibliographic analysis with the examination of decisions issued by the higher courts concerning Environmental Law and the Amazon, seeking to identify patterns of decisional abstraction and the limits of the prevailing procedural rationality. The conception of the judicial decision as a punctual and self-sufficient act is problematized, advocating for a form of jurisdiction more sensitive to the factual, institutional, and territorial contingencies that characterize contemporary environmental conflicts. As an extension of this analysis, the Judicial Program for Monitoring Deforestation in the Amazon (PROJADA), established by the National Council of Justice, is examined as a mechanism aimed at monitoring and ensuring the implementation of environmental judicial decisions, assessing its potential and limitations as an institutional response to the crisis of effectiveness of environmental jurisdiction. It is concluded that overcoming ineffectiveness requires the incorporation of a procedural rationality committed to reality, strengthening structural mechanisms for monitoring, enforcement, and oversight of judicial decisions.

Keywords: Legal Amazon; Judicial Effectiveness; Environmental Procedure; Structural Litigation; PROJADA.